Colin Darch

Universidade Eduardo Mondlane
Centro de Estudos Africanos

Comissão Nacional para a UNESCO

REUNIÃO DE ESPECIALISTAS SOBRE OS PROBLEMAS E PRIORIDADES NA FORMAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL

Maputo, 9 - 13 Agosto 1982

Para uma História da Luta de Libertação de Moçambique: Problemáticas, Motodologias, Análises

Pela

Oficina de História do Centro de Estudos Africanos

PARA UMA HISTÓRIA DA LUTA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: PROBLEMÁTICAS, METODOLOGIAS, ANÁLISES

Iniciado em 1979, por iniciativa e sob a supervisão de Aquino de Bragança, o estudo das histórias das Zonas Libertadas atingiu agora um ponto em que se torna necessário reflectir sobre o impacto dessa história, bem como sobre as lições que podem ser tiradas dela sobre como pode ser investigada e divulgada.

As nossas investigações de campo, no ano passado e neste, foram desenvolvidas nas antigas Zonas Libertadas da Província de Cabo Delgado. O seu objectivo era estudar, através da recolha das histórias pessoais e documentos escritos, e da análise de algumas aldeias comunais e cooperativas, as origens da implementação da FRELIMO, os inícios da Luta Armada e a sua transformação numa guerra de libertação com base popular.

Este documento constitui uma tentativa de sistematizar, embora esquemáticamente, algumas questões que podem ser colocadas, questões essas que devem ser consideradas, reflectidas e debatidas num empreendimento deste tipo. Porque, sete anos depois da Independência, o contexto do estudo não pode continuar a ser limitado ao período da própria Luta Armada. Esse contexto deve ser alargado sem que, no processo, se perca a nitidez das lições históricas específicas da Luta Armada.

Por se tratar de uma tentativa inicial de sistematização, é provável que lacunas, omissões, e uma certa falta de rigor caracterizem este trabalho. Por isso, ele é apresentado com o espírito de estimular e encorajar a expressão de diferentes opiniões.

Com vista a assegurar uma apresentação mais clara, este documento tratará sucessivamente dos pontos seguintes: problemáticas, metodologias e análises. Deve notar-se que, por vezes, será difícil determinar as fronteiras precisas entre estas três esferas de discussão, pela simples razão de, a maior parte das vezes, existir uma relação dialéctica próxima entre a formulação de uma problemática, as análises derivadas dela e as fontes utilizadas.

I - Problematização

Antes de se tentar formular uma problemática, pode ser útil considerar alguns dos factores em relação aos quais é necessário estar alerta. Aqui, a questão em foco é decidir quais serão os elementos determinantes na constituição de uma problemática geral.

Com a transformação da FRELIMO (no 3° Congresso, 1977) num Partido Marxista-Leninista de vanguarda, a FRELIMO começou a ser identificada com um grupo bem definido de partidos comunistas. Esta identificação tem, consciente ou inconscientemente, provocado desde logo comparações implícitas ou explícitas com outros partidos comunistas. Estas comparações, embora possivelmente tenham um carácter esclarecedor para a construção abstracta e ou ideológica da história comunista internacional, podem prejudicar uma compreensão ad hoc das histórias de partidos locais ou regionais específicos. Isto poderá aplicar-se especialmente no caso de um partido como a FRELIMO, completamente novo na sua génese e desenvolvimento num continente marcado pelo esclavagismo e pelo colonialismo. Este tipo de preconceito pode levar a que a história de um partido ou país particular e específico, como a FRELIMO ou Moçambique, seja vista através de aproximações e associações, mas não através de uma análise directa, cometendo-se assim um erro típico dos historiadores ideológicos que ainda pensam em termos das problemáticas dominantes durante o período colonial: a história dos colonizados ou não existia ou, se existia, era apenas vista através da história dos colonizadores.

Da mesma forma, constatam-se na esquerda (que aqui dá a mão à direita) tendências para classificar partidos novos como a FRELIMO com base nas suas alianças com este ou com aquele país socialista. Ainda mais especificamente, durante a Luta Armada considerou-se mais conveniente caracterizar a FRELIMO como um movimento que seguia este ou aquele "modelo" socialista. Estas caracterizações não devem ser encaradas como meras declarações ideológicas, sem quaisquer consequências ou sem uma base social concreta. Elas são o resultado de contextos sociais teóricos estreitamente ligados à utilização de determinados instrumentos metodológicos e analíticos.

Assim, a nossa premissa é que os contextos teóricos e as problemáticas são moldados e determinados pelas relações de classe prevalecentes no contexto especial ou temporário escolhido para estudo. A importância deste ponto não pode ser exageradamente sublinhada, tendo-se em conta o aumento de distância, desde o início dos anos 1960, entre os projectos ideológicos para a descolonização da história africana e a consolidação do poder de burguesias africanas cujos interesses objectivos exigem uma oposição de facto a estes projectos.

A historiografia do continente nos últimos vinte anos prova que o contexto teórico e ideológico dominante -- história afrocentrista contra a história eurocentrista: iniciativa africana contra iniciativa europeia; colaboração africana contra resistência africana; africano moderno contra o africano tradicional; abordagens do tipo balanço (p.ex. escravatura, colonialismo), etc. -- não apresentou rupturas radicais em relação àquele que predominou durante a dominação colonial. Registaram-se apenas

reacções à negação da história africana. Estas reacções não levaram à elaboração de um contexto contendo os seus próprios instrumentos de pesquisa, capaz de libertar a história africana da sua dependência e subjugação. Isto foi evidente não só em termos culturais, mas ainda mais em termos políticos. De facto, reflectia a base e os interesses de classe dos que detinham o poder.

Quais devem ser os principais pontos a considerar para a elaboração de um tal quadro teórico?

1) o desenvolvimento de uma consciência histórica, a par da produção de conhecimento histórico que se concentre de uma forma clara no papel central desempenhado pelas classes produtivas. Em Moçambique, as classes produtivas devem ser compreendidas não apenas como produzindo bens materiais, mas antes, o que é mais importante, como tendo produzido as Zonas Libertadas, ou seja, tendo produzido um Estado alternativo, que no contexto da Luta Armada nasceu do esforço consciente da direcção no sentido de criar uma alternativa democrática, popular e revolucionária ao Estado colonial. Assim, o carácter central das classes produtivas em Moçambique é uma realidade histórica que resulta duma fase histórica concreta, e não apenas um projecto para o futuro para o qual a Independência foi apenas o primeiro passo.

2) Porém, este carácter central não se reproduz necessàriamente. Se isto acontece ou não, depende da criação de condições adequadas tanto nos locais de produção como no aparelho de Estado.

3) A concentração nas classes produtivas implica uma rejeição da sua antropologização - o que não é um perigo a ser ignorado, num continente que foi e ainda é terreno favorito de trabalho para a antropologia. Essa rejeição deve ser tão ambígua quanto possível, devido à tendência da disciplina para relegar os camponeses pelo seu aspecto tribal, evitando assim uma avaliação do seu papel e posição no processo histórico em curso.

4) Uma vez aceites os objectivos de construir o que se poderia descrever como uma história popular com base de classe, é necessário levá-los à prática. Este passo exigiria um estudo cuidadoso da metodologia e análise a serem utilizadas. Porque, tal como acontece no que respeita ao contexto teórico, também aqui se registam tendências para práticas metodológicas e analíticas que, embora adequadas e sofisticadas em termos de recolha, processamento e divulgação, podem ser contrárias aos objectivos expostos no ponto 1).

5) Tal como sugere o título, o carácter central das classes produtivas não deve levar a uma abordagem exclusivista. Uma história da Luta Armada que apenas se concentre nas Zonas Libertadas ou se limite ao período da própria Luta Armada correria o risco de transformar ambos estes aspectos históricos em peças de museu. Uma das condições para evitar uma tal fossilização da história reside numa problematização das fontes que ultrapassam os bem conhecidos

critérios da credibilidade, verdade, fonte primária, fonte secundária, fonte oral, fonte escrita, etc. Estes critérios de um modo geral ignoram ou pior, partem do pressuposto que está já colocada e resolvida, a questão daquilo que poderia ser chamado a marca de classe ou o carácter de classe das fontes.

Deve ser lembrado que o facto de se respeitar estes objectivos ou linhas de actuação na problematização de uma história de Libertação Nacional não levará necessáriamente à produção de uma história que seja, ao mesmo tempo, uma avaliação de um processo histórico, uma questão levantada pela situação actual e uma perspectiva esquemática para lutas futuras. Resumidamente, a produção de uma história criativa e viva que contenha em si a problemática, métodos e instrumentos analíticos para assegurar respostas revolucionárias para a mudança de situações concretas. Felizmente, esta responsabilidade última não compete aos historiadores, mas antes aos produtores directos da História.

No entanto, isto não impede esforços da parte dos historiadores no sentido de contribuirem para a concretização destas histórias.

O projecto desta Oficina de História no sentido de centrar os seus esforços iniciais na história das Zonas Libertadas deriva do facto do óbvio de a Luta Armada, que entre 1964 e 1974 afectou as partes norte e oeste do país, ter sido e continuam a ser um episódio central na história da Luta de Libertação Nacional. A importância do papel da Luta Armada assenta ainda em duas premissas principais:

1) É crucial aceitar desde logo que o teste de uma problemática adequada deve partir do que foi conseguido durante a Luta Armada;

2) A Luta Armada deve ser estudada em termos da sua própria dinâmica, e não em termos de referências ou comparações exteriores. Apenas respeitando-se essas dinâmicas na produção de conhecimentos históricos se evitará tanto a armadilha dos "modelos", como será possível reinventar constantemente as suas problemáticas com vista a renovar as suas análises.

II - Métodos: com vista à democratização e à popularização

1 - História Oral

Devido ao hábito, à tradição e ao engajamento ideológico, a pesquisa histórica e académica (burguesa) tem sido dominada por métodos que são em parte, um produto da dominação das burguesias. A manutenção dos registos escritos, o domínio das técnicas de pesquisa e de escrita, e a aplicação de leis que mantêm estes registos fora do alcance dos investigadores durante um certo número de anos, são apenas algumas práticas mais visíveis das muitas anti-democráticas. A popularidade crescente da história oral e está no entanto a minar estas práticas. No que respeita à história de África ou, na Europa, à história dos operários, camponeses e mulheres, a ruptura parcial com estas práticas tem sido provocada pelo facto de a história oral dar mais peso aos testemunhos das classes produtivas e oprimidas. Ruptura parcial porque, em todos estes casos - história de África, histórias dos trabalhadores, camponeses, mulheres, - o contexto dominante é de facto um em que as classes dirigentes têm procurado constantemente a expropriação da riqueza material com a apropriação das histórias daqueles que produziram aquela riqueza.

Democratizar e popularizar a história da Luta de Libertação Nacional em Moçambique não é um projecto abstracto, mas algo que foi já conseguido históricamente através da criação das Zonas Libertadas (que são em si o resultado de um longo processo). A consciência desta conquista nas Zonas Libertadas surge em muitas das entrevistas. Nestas entrevistas regista-se um padrão visível na estrutura das recordações. Estão longe de ser esquecidas as experiências destas zonas, como as que permitiram a consolidação da unidade dos soldados com o povo, como o facto de o povo que não tinha qualquer voz, os "não existentes" dos tempos coloniais, apenas poder expressar nas assembleias e comités, e tomar também parte d nas decisões que afectavam as suas próprias vidas.

Estas lutas tornaram-se um ponto de referência para uma reflexão sobre o presente, devido às iniciativas daqueles que sdesenvolveram a luta no sentido de transformar as suas próprias vidas, o seu registo será difícil de manter numa simples forma manuscrita. Porque a Luta Armada teve o objectivo de transformar as relações então prevalecentes, a memória colectiva habituou-se a lembrar o passado bem como a determinar se esse passado serviu o presente, e até que ponto, ou se, pelo contrário, o presente traiu o passado. Num sentido, esta forma particular de conceptualizar a Luta Armada pode ser um dos juízes e críticos mais severos - embora por vezes injusto, do presente.

A recordação constante da Luta Armada pelas pessoas que nela combateram pode ser encarada como um exercício narcisista de auto-glorificação, ou como uma posição arrogante em relação a todos aqueles que não participaram na luta. Mesmo se este fosse o caso - e não é -, existiria ainda a virtude crúcial e proeminente de se levantar a questão de como a situação nas Zonas Libertadas de hoje se compara com a situação de antes de 1975. Este tipo de visão histórica pode ser bastante perturbante, na medida em

que tende a ir contra a um registo ritualizado da luta.

Para além disso, a ideologia contida nesse tipo de recordação é definitivamente diferente da ideologia pequeno burguesa encontrada nas cidades. Enquanto que nesta última se fazem frequentemente comparações en entre os tempos coloniais ("quando havia tudo") e o presente, na primeira a comparação é entre a Luta Armada (referida com orgulho) e o presente.

E, o que é interessante, muitos dos participantes da Luta Armada lembrar-se-ão dela como um período de grandes sofrimentos, possivelmente maiores mesmo (embora seja difícil de medir este tipo de coisas), que os suportados durante o período colonial, mas com a diferença importante de os sofrimentos sob o regime colonial terem sido impostos brutalmente com o objectivo de reprimir, humilhar e explorar, enquanto que o sofrimento suportado durante a Luta Armada foi aceite como sendo parte do preço que era preciso pagar com vista a acabar com a repressão, a humilhação e a exploração.

2 - Procura de fontes, sua selecção e utilização

A - Contexto global e fontes coloniais

Como já referimos, na perspectiva de se procurar reproduzir uma história da Luta de Libertação Nacional em toda a sua diversidade, é essencial não nos concentrarmos apenas no que aconteceu nas Zonas Libertadas. Como é bem conhecido, mesmo nas Zonas não libertadas - Lourenço Marques, por exemplo - um grande número de moçambicanos procurava, de diversas formas, combater o colonialismo Português. Por exemplo, no período que precedeu a fundação da FRELIMO assistiu-se à emergência de diversas organizações clandestinas, semi-clandestinas e não-clandestinas, formadas para confrontar directa ou indirectamente o sistema colonial português.

Uma compreensão total deste período exigiria também uma análise do contexto geral da luta no continente. Numa série de relatórios, datados de a partir de 1954, constata-se que um certo número de administradores coloniais de Cabo Delgado estava preocupado com "influência" da situação em África; isto desde a insurreição Mau-Mau no Quénia à constituição da Federação das Rodésias e Niassalândia, do Egipto de Nasser à independência do Gana, de Lumumba, no Congo, à independência Tanzaniana.

Mais especificamente, com base na maioria das entrevistas, torna-se claro que a história da luta política pela independência na Tanzania, e particularmente a criação dos Sindicatos e da TANU em 1954, inspiraram tanto ideologicamente (a necessidade de unidade para Uhuru) e organizacionalmente a formação de movimentos nacionalistas a partir das associações e uniões que já existiam no seio dos diferentes grupos (tanto de classes como tribais) de moçambicanos, tanto no país como fora dele. Particularmente, o Presidente Nyerere parece surgir nesta fase como um líder carismático, como um inspirador da necessidade de unidade, e como um inimigo simbólico da administração colonial Portuguesa.

O Estado colonial não conseguiu compreender totalmente que não era a influência externa a causa fundamental da consciência política crescente, mas antes as formas internas de opressão e exploração. Pode ser citado um exemplo com base na investigação que foi desenvolvida no Planalto de Mueda no período que precedeu imediatamente a formação da FRELIMO. Em meados dos anos 50 a constituição de cooperativas indígenas em Zavala e, em geral, na parte Sul do país tinha dado "bons resultados", de tal forma que o Governador Geral começou a investigar se essa política poderia ser estendida a outros distritos de Moçambique.

As cooperativas foram consideradas como um sucesso na medida em que deram ao Estado colonial vantagens, como afirmou o administrador de Zavala:

> "Prevenir e encaminhar o surto de novas condições sociais resultantes da expansão económica dos agricultores em regime individual que, em Zavala, obtinham já rendimentos apreciáveis".

E, por outro lado,

> "criar novos laços sociais que se harmonizem com a nossa política de assimilação e sirvam para substituir os vínculos tribais em vias de desaparecimento".

Assim, permitiu-se às cooperativas que produzissem mais para a consolidação da economia colonial; para melhor controlar a população à medida que os laços tribais se deterioravam e para promover uma espécie de classe média camponesa aliada à administração Portuguesa.

Esta política não foi aceite por todos os diversos componentes da administração colonial com o mesmo entusiasmo. A SAGAL, a companhia concessionária do algodão na circunscrição dos Macondes, apoiou inicialmente esta política, enquanto que o administrador expressou repetidamente diversas dúvidas; os régulos, cujas gratificações derivavam em parte do número de recrutas para as plantações de sisal (Mpanga) estavam longe de se sentirem entusiasmados; os proprietários das Plantações de Sisal, para quem a extensão do cultivo do algodão correspondia a uma menor disponibilidade da força de trabalho, eram fortemente contra aquela política. Por outras palavras, é importante não se perder de vista estas diferenciações e contradições internas.

Entre 1957 e 1959 os talhões de algodão organizaram-se de facto numa sociedade voluntária (a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, ou "Lingualanilo", em Maconde) através de um grupo dirigido por Lázaro Nkavandame, mas verificou-se uma certa relutância da parte do Administrador Soares no sentido de lhes conceder um estatuto de cooperativa. O Administrador Soares escreveu ao Governador:

> "Em minha opinião não julgo o indígena Lázaro, nem tão pouco os seus associados, com maturidade bastante para a constituição de uma cooperativa" (19 de Dezembro de 1959).

O sucesso na produção e em evitar que a população emigrasse para as terras "subversivas" da Tanzania, que então se encontrava em vésperas da Independência, pareceram convencer a Administração Central de que a

empresa tinha algumas vantagens. E, num documento do distrito de Cabo Delgado, datado de Setembro de 1959, pode ler-se:

> "O Governador Geral tem conhecimento da cooperativa (em organização) dos cultivadores de algodão dos Macondes que, por enquanto, deverá ser acompanhada e vigiada".

Por outro lado, nessa altura, o sucesso económico da "Lingualanilo" tinha antagonizado a SAGAL, cada vez menos capaz de impôr os seus próprios preços discriminatórios aos cooperativistas locais. Por mais controversa que a Administração considerasse a política de favorecer as cooperativas indígenas como meio de reforçar o seu domínio sobre a população, para "fazer ver à massa indígena que estamos aqui para ficar", as cooperativas no Planalto foram a forma através da qual as pessoas começaram a trabalhar juntas e também a discutir a unidade e independência. Depois de 1962, elas asseguraram a rede para a expansão dos cartões de membros da FRELIMO.

O que emerge na confrontação das fontes coloniais e das fontes orais é que, em ambas, não se regista um acordo total entre os intervenientes. As fontes coloniais reproduzem as contradições internas do sistema, e as fontes orais reflectem-nas em parte. As fontes coloniais descrevem a formação das cooperativas como um processo concebido, comandado e executado por níveis superiores - uma movimentação táctica do Estado colonial com vista a preservar o seu poder. As fontes orais insistem, pelo contrário, na iniciativa de um grupo de pessoas que, em 1957, se juntou - retornados do Tanganica, professores e catequistas de missões católicas e simples camponeses - para começar a cultivar algodão. Estas fontes sublinham que a inspiração veio do exemplo do Tanganica; ou seja, a necessidade de atingir inicialmente uma unidade em formas simples e viáveis, com vista a organizar a luta para a Independência.

É desnecessário dizer que os informadores orais também estão longe de estar de acordo entre si: alguns sublinham preferencialmente as vantagens económicas que podiam vir das cooperativas organizadas, outros o seu significado e objectivos políticos. Por outras palavras, emerge aqui uma contradição delineada em termos de classe e que virá a declarar-se nos primeiros anos da Luta Armada em 1965 - 1966.

Assim, os documentos coloniais - em grande parte ainda desconhecidos -, longe de serem negligenciados, devem ser analisados, começando-se pela problemática colocada pela luta de libertação. O sistema colonial não foi combatido apenas com armas, mas também através de um processo difícil de aprendizagem da reprodução contínua da ideologia, práticas, e soluções coloniais sob formas diferentes, e contra elas. Apenas através de uma confrontação dialéctica das fontes é possível combater com sucesso: 1) a tendência para a dominação do documento escrito; e 2) o contexto ideológico que molda as fontes.

B - Fontes da linha da frente

A discussão nesta secção, tal como, de facto, em todo este documento, não abordará duas fontes sem as quais qualquer história com este âmbito seria mais que incompleta: uma exploração sistemática entre aqueles que constituiram a vanguarda da Luta Armada: a direcção político-militar da FRELIMO, e os soldados das FPLM.

Existe uma dificuldade óbvia na categorização adoptada aqui, nomeadamente no que respeita a determinar onde se localiza precisamente a fronteira entre a linha da frente e o restante. De momento, a linha da frente incluiria todos aqueles que participaram directamente na luta político-militar contra o regime colonial.

É lógico dizer-se que o processo histórico e os seus autores ditam habitualmente as fontes a serem consultadas. Mas a historiografia colonial, entre outras, demonstra muitas vezes que esta lógica é habitualmente determinada pela classe ou classes no poder. Alargando-se o contexto analítico da história das Zonas Libertadas para uma história da Libertação Nacional, o resultado imediato é um enriquecimento da primeira.

Nas primeiras fases da pesquisa registou-se, por exemplo, uma tendência para procurar os testemunhos daqueles que se podiam chamar os combatentes da linha da frente: soldados, milicianos, dirigentes político-militares, pessoas que continuaram a viver em Cabo Delgado, mulheres do Destacamento Feminino. Para confrontar as suas experiências, procurou-se fazer entrevistas com membros do grupo chamado dos "regressados", ou seja, todos aqueles que vieram em massa da Tanzania em 1975, mas que não se tinham juntado às fileiras da FRELIMO. Estas entrevistas não chegaram, porém, a realizar-se, porque ninguém queria ser conhecido como "regressado" devido à conotação negativa que se atribuía a este grupo.

Porém, recentemente, (Presidente da Aldeia Namaua, em 13 de Julho de 1982) descobriu-se que entre os regressados havia antigos trabalhadores das plantações de sisal da Tanzania, que durante a Luta Armada tinham pago uma contribuição mensal de 25 shillings à FRELIMO. Isto significa que que era necessário prestar uma maior atenção ao utilizar o termo "regressados". Este grupo incluía certamente elementos que não tinham estado de forma alguma interessados nos objectivos da FRELIMO, mas que estavam preparados para tentar beneficiar da vitória; mas incluía também trabalhadores das plantações de sisal que tinham apoiado voluntáriamente a Luta de Armada através da sua contribuição financeira.

De forma idêntica, uma história do relacionamento entre homens e mulheres não se pode concentrar apenas num estudo dos antigos membros do Destacamento Feminino. O papel das mulheres durante a Luta Armada não tem sido alvo da importância e atenção que merece. Porque, para além das suas responsabilidades habituais de tomar conta das crianças e preparar comida para a família, muitas delas desempenharam também tarefas necessárias ao desenvolvimento da Luta Armada: transporte de material de guerra, cozinha para brigadas de transporte e soldados, etc. Não é pouco habitual ouvir-se mulheres contarem como desempenhavam ambas as tarefas, e como isso era difícil.

Seria perigoso generalizar com base numa única história pessoal, mas a seguinte resume uma imagem muito aproximada do que era a vida de muitas mulheres:

> "Nasci em 1956, filha de pais Católicos. Fui para a escola até ao terceiro ano. Foi depois deste ano (quando tinha mais ou menos 10 anos)que fugi para a Tanzania...
>
> Na nossa terra sofríamos muito. A minha mãe costumava bater-me muito. Ela castigava-me, obrigando-me a sentar-me a um canto limpando o sisal. Em 1966 segui os ritos de iniciação e em Julho de 1967 entrei para o Destacamento Feminino (criado pela FRELIMO em 1967 para organizar a participação das mulheres na luta numa base de igualdade em relação aos homens). A partir dessa altura os meus sofrimentos intensificaram-se. Acontecia muitas vezes ficarmos um ou dois dias sem água. Em Fevereiro de 1969 fiquei grávida pela primeira vez. Em Outubro, foi o nascimento. O homem responsável recusou-se a reconhecer a paternidade. Duas semanas depois, um tio dele comprou uma peça de tecido para eu carregar o bébé. Ao saber isto, o pai da criança veio tirar-me a peça de tecido, dizendo que o seu tio não tinha qualquer direito de me dar uma capulana e que, de qualquer maneira, os filhos e filhas da FRELIMO nunca sobreviviam muito tempo. Finalmente, a minha própria irmã ajudou-me a arranjar uma capulana.
>
> As nossas relações com os homens eram sempre difíceis porque muitos deles prometiam-nos casamento, mas isto raramente acontecia. Mesmo quando acontecia, não era o fim dos problemas. Por exemplo, fiquei com um homem de quem fiquei grávida, mas depois recusou-se a aceitar a criança, dizendo que não era dele. Sugeriu mesmo que eu tomasse remédios para provocar o aborto. Recusei-me e tive a criança. Compreendi então como havia de ser difícil com duas crianças. Como trabalhar e tomar conta de duas crianças ao mesmo tempo.
>
> Nessa altura estava a trabalhar no Hospital Central da Zambézia. Ali fui mandada três vezes para a sala de isolamento, porque me tinha recusado a dormir com o Chefe do Posto de Saúde. Tinha estado sempre baseada no Hospital da Zambézia, mas este hospital tinha de deslocar-se constantemente. Na altura em que trabalhei lá (1967 - 1975), o hospital teve de ser deslocado dez vezes. A necessidade destas deslocações devia-se em grande parte a ser preciso proteger os doentes contra os ataques do inimigo."

E.T.R., como outras mulheres que participaram na Luta Armada, resumiu a experiência dizendo que havia coisas boas e más. Habitualmente, surge uma comparação com o estado actual das coisas: a O.M.M. (Organização da Mulher Moçambicana), a continuação do Destacamento Feminino, é considerada como um passo positivo, mas ao mesmo tempo "a sabotagem dos homens continua". É através da O.M.M. que, por exemplo, as mulheres tentam combater a poligamia. Durante a Luta Armada, E.T.R. sublinhou que a incidência da poligamia tinha diminuído, mas que ela agora tinha voltado a su-

bir. "Os homens estão a opôr-se às nossas iniciativas. Por outro lado, muitas mulheres estão interessadas na O.M.M., mas logo que se casam esquecem-se dela."

Tal como já referimos, as fontes históricas não são sempre óbvias. O seu grau de visibilidade ou de evidência é na maior parte das vezes dominado pelas relações de classe predominantes. Isto ajuda a explicar a negligência relativa das mulheres no que respeita a reconstruir a história da Libertação Nacional. Para além disso, tal como em qualquer processo histórico que culminou com a vitória, regista-se uma tendência no sentido de subvalorizar o papel desempenhado por indivíduos ou por grupos de indivíduos porque aconteceu eles terem ficado longe das frentes ou terem desempenhado um papel aparentemente secundário. É importante estar consciente disto com vista a evitar uma apropriação indevida por um ou outro grupo, que mais tarde poderia gerar uma história chauvinista de um ou outro tipo.

B - Fontes exteriores à linha da frente - o lado do inimigo

Uma das lições mais importantes da história do período pós-independência foi provavelmente dada pelo Presidente Samora Machel durante a reunião mantida em Maio e Junho de 1982 com os antigos colaboracionistas moçambicanos com o aparelho repressivo colonial. Estes testemunhos trouxeram à luz alguns dos aspectos mais sinistros do colonial fascismo. O seu valor é inestimável pelo menos a três níveis. Primeiramente para melhorar a compreensão da instituição mais infame do Estado colonial durante o período da Luta Armada: a PIDE; em segundo lugar, no que respeita a saber-se como moçambicanos foram levados a torturar, massacrar e mutilar os seus próprios compatriotas; em terceiro lugar, no que se refere a sublinhar o contraste entre o sistema colonial e aquele que a FRELIMO lutava para construir.

O contraste sublinhado pelos testemunhos de antigos colaboradores demonstrou mais uma vez que a Luta Armada era sobretudo uma luta de classes entre concepções contraditórias da história e ideologia. E tal como apontou o próprio Presidente, o sistema colonial, por mais esforçadamente que tentasse conquistar moçambicanos para o seu lado, não podia oferecer mais do que aquilo que lhe permitia a sua própria natureza: uma colonização intensificada, resultando numa humilhação e num rebaixamento ainda maiores.

Finalmente, estes testemunhos demonstraram a importância de nos mantermos tão fiéis quanto possível ao que aconteceu, à forma como aconteceu, e ao contexto em que aconteceu. Apenas desta forma é possível eliminar todas as irregularidades e respeitar as contradições pelo que elas são de facto. Proceder de outra maneira levaria a distorções.

C - Fontes exteriores à linha da frente: solidariedade com a luta

A existência de organizações pode por vezes enganar no processo de procura de fontes. Existiam indivíduos ou grupos de indivíduos que, perto do fim dos anos 50, combatiam ocontra o regime colonial. Quando a FRELIMO foi fundada, nem sempre era possível a todos os Moçambicanos que o desejavam juntarem-se às fileiras da vanguarda, frequentemente por razões que ultrapassavam o seu controlo. Por exemplo, apesar de indicações claras da existência de uma consciência política no seio dos trabalhadores, a maior parte destes não tinha meios materiais para abandonar os seus empregos e começar a longa viagem para a Tanzania. Todavia, muitos trabalhadores estavam conscientes da FRELIMO e procuravam seguir dia a dia os acontecimentos através da rádio, através da imprensa e através de mensagens trazidas da Tanzania. Isto era feito, frequentemente, com grandes riscos pessoais, como pode ser visto através da seguinte declaração de um trabalhador da Companhia de Cimento em Maputo:

> "Ouvi falar da FRELIMO porque sempre abria a rádio de Dar es Salaam. Quando se formou em 1962 em 25 de Junho ... foi porque eu ligara sempre a rádio Brazaville ... E para a noite era precisamente lá para um quarto para as vinte, assim ligava essa estação, ouvia essa notícia e ligava quase todos os dias a rádio do Gana de Kwame Nkrumah. Sempre estava a acompanhar mas não podia falar, porque senão ficava preso... Da maneira como eu estive tinha três PIDES atrás de mim, três PIDES que tinha de suportar. Quando estava em casa sempre ouvia a rádio. Mas sabia que queriam acabar comigo. Eu ia lá para dentro afinar a rádio. A luta da FRELIMO acompanhei sempre pela rádio."

A preocupação do Estado colonial com os Moçambicanos que tinham rádios não datava do período da Luta Armada, como referiu Cornélio J. Mandanda (de Mueda). Quando ele comprou um rádio em meados da década de 1950, teve de se assegurar de que o facto não se tornava conhecido pelas autoridades coloniais. Isto foi confirmado por documentos escritos pelas autoridades coloniais, que se recordavam mutuamente de que os indivíduos que possuíam bicicletas e rádios tinham de ser alvo de uma atenção especial.

Apesar disso, a necessidade de falar sobre a FRELIMO, apesar dos perigos, não podia ser inteiramente reprimida. O trabalhador da Companhia de Cimento, referido acima, contou como isto era tornado possível desenvolvendo-se um código especial para falar sobre a luta sem possibilidades de detecção por parte dos agentes da PIDE.

A um outro nível, está ainda por escrever toda uma história só com base nas fontes constituídas por aqueles trabalhadores moçambicanos que fugiram da Província de Cabo Delgado e do trabalho forçado para as plantações de sisal na Tanzania, onde todos sabiam que as condições de trabalho eram melhores que as que prevaleciam em Moçambique. Esta história não seria apenas mais uma história dos trabalhadores do sisal, mas antes de trabalhadores que, enquanto naquelas plantações, se juntaram à TANU e começaram a pensar sobre a libertação do seu próprio país. Conhe-

ce-se o caso de um trabalhador moçambicano que deixou o seu emprego para trabalhar em tempo inteiro para a TANU, até que um chauvinismo compreensível (foi acusado de tirar emprego a tanzanianos) o pressionou no sentido de se retirar daquela actividade (Eduardo Mpembo, Presidente da Cooperativa Moçambique).

Por último, e este o aspecto não o é menos importante, existe a a história das centenas de moçambicanos que foram aprisionados por terem sido membros de organizações nacionalistas. Esta história (que é necessáriamente uma história da tortura e de morte) mostrará como, apesar de estarem na cadeia, muitos moçambicanos continuaram o trabalho político. Cornélio J. Mandanda (de Mueda), um dos primeiros organizadores da FRELIMO, antigo lojista na Missão Católica de UImbuhu, organizou uma escola na prisão da Machava (1965-1969). Ele descreveu também como o seu amigo João Namimba continuou, dentro da prisão, a recrutar elementos para a FRELIMO, até ter sido envenenado por um agente da PIDE (Mueda, Julho). Arquivos vivos como Cornélio J. Mandanda ou Julião Amuli (de Nchinga) são de uma certa forma mais difíceis de utilizar na medida em que apenas revelarão aquilo que o investigador deles conseguir obter. Por exemplo, foi apenas na quarta entrevista que Mandanda falou sobre as suas actividades jornalísticas em dois jornais, o "Rafiki Yetu" (Queniano) e o "Kyongozi" (Tanzaniano). E foi apenas na quinta entrevista que ele falou extensivamente sobre a vida na prisão.

III - Análises: definir correctamente o inimigo

Na história da FRELIMO, desde o início até este momento, a análise tem sido uma tarefaprimária, desenvolvida na prática pela recordação e consciência constantes do princípio de definir correctamente o inimigo. E foi esta definição que, através das várias fases da Luta de Libertação Nacional, tornou possível uma distinção, em primeiro lugar, entre uma luta pela autonomia regional ou tribal (organizações pré-FRELIMO) e a Independência Nacional de Moçambique (FRELIMO, sob a direcção do Presidente Eduardo Mondlane), e em segundo lugar entre uma luta pelo derrube total do sistema colonial (direcção político-militar)e uma luta limitada a "expulsar os brancos"(Urias, Simango, Lázaro Nkavandame, etc.) Por outras palavras, a análise dos dados deve vir a par e passo com uma periodização do processo. Porque as contradições encontradas antes do período de 1962 manifestaram-se de forma diferente das que aparecem mais tarde. A natureza e/ou formas mutáveis destas contradições devem ser o objectivo de uma análise se se pretender que a periodização acima citada tenha um outro conteúdo que não o de uma mera cronologia.

Por exemplo, falando institucionalmente, seria demasiado fácil afirmar que, a partir de 1967, a criação do Destacamento Feminino resolveu as contradições entre homens e mulheres. Mas isto não aconteceu, apesar de se ter dado um passo fundamental nessa direcção. Para além disso, seria também demasiado fácil atribuir a posição oprimida das mulheres quer ao

jugo colonial, quer à "sociedade tradicional" quer a uma combinação de ambos.

Infelizmente, problemáticas ideológicas e/ou antropológicas continuam a dominar as análises do relacionamento entre homens e mulheres. Histórias concretas da Luta Armada mostram uma tentativa da parte da FRELIMO no sentido de abordar esta contradição na perspectiva da libertação total. A história excepcional da vida de Julião Amuli (um dos 3 "Chairman" de Área, como Bibi Abiba e Jacinto Omar, que se recusou a acompanhar a dissidência, e mais tarde a traição de Lázaro Nkavandame) contém informações importantes sobre como, apesar das ordens estrictas em contrário, um comandante da FRELIMO continuou a tratar as mulheres como objectos. Em 2 de Fevereiro de 1965, Julião Amuli foi detido e espancado por se ter recusado a entregar mulheres para garantir o prazer de um Comandante da FRELIMO - António Saidi - que mais tarde foi detido, julgado e sentenciado por esta quebra da disciplina. Aliás, todo este assunto foi tratado, ainda no mesmo mês, pelo então chefe do Departamento de Defesa, Samora Machel.

O que estes testemunhos demonstram é que a libertação das mulheres era (e ainda é), em grande parte, uma luta em que diversos grupos procuram por todos os meios manter ou reafirmar os valores antigos. O facto de as mulheres se continuarem a queixar sobre o aumento da poligamia e as sabotagens feitas pelos homens significa que a luta deve ser intensificada.

Se surgiram contradições, elas devem ser apresentadas tal como ocorreram mesmo se, à primeira vista, elas parecerem denegrir uma imagem idealizada da FRELIMO. A vitória da FRELIMO foi um passo num processo ainda não terminado.

Passemos para um outro plano. Tal como aconteceu com a MANU (União Africana Maconde, mais tarde União Nacional Africana de Moçambique), a emergência da UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), criada por moçambicanos que viviam em Tanga, na Tanzania), deu origem a divergências e contradições. Embora houvesse um acordo quanto à necessidade de expulsar os colonialistas, esse acordo dissolveu-se imediatamente quando foi necessário definir e levar à prática os objectivos e as formas da luta.

Com o passar do tempo, cresceu a tendência no sentido de estas divergências serem ultrapassadas. Esta tendência foi reforçada pelo papel desempenhado pelo Presidente Eduardo Mondlane na criação de uma organização unitária. Isto leva a crer que a unidade que acabou por ser construida estava já predestinada a acontecer. A importância histórica das divergências, das dificuldades e dos obstáculos encontrados não deve ser minimizada, especialmente por quem esteja ao par das lutas que mais tarde se desenvolveram na FRELIMO e se tornaram conhecidas como a Luta entre as duas Linhas. Isto é, luta entre aqueles que concebiam a luta armada como uma mera operação militar para expulsar os brancos e sentarem-se no lugar deles, e aqueles que, pelo contrário, viam a luta como um meio para destruir o sistema colonial e, ao mesmo tempo, construir as fundações para novas relações económicas, políticas e sociais, de forma a erradicar a

exploração do homem pelo homem. Para estes últimos, a luta armada não era apenas uma luta militar, mas uma parte integral de uma luta ideológica e política cujos objectivos e formas deviam ser formulados com base numa nova moralidade, na nova ética da sociedade socialista a ser contruida. Era, por isso, crucial que estes objectivos e formas fossem definidos, não em termos do sistema colonial português, mas com base num sistema construido sobre uma premissa completamente diferente: acabar com a exploração do homem pelo homem.

Concretamente, isto pode ser visto na forma como a FRELIMO conceptualizou e desenvolveu a sua luta anti-racista, na sua insistência em tratar os soldados portugueses capturados como prisioneiros de guerra (ao contrário do que faziam os portugueses), e na sua insistência global na importância do relacionamento entre os objectivos a atingir e as formas de os atingir. No coração disto situa-se a questão de uma prática democrática.

É evidente que, para um grupo que detém o poder, está sempre presente a tentação de utilizar métodos antidemocráticos para atingir objectivos democráticos, ou para a vitória de uma linha que se considera como sendo a mais democrática. Porém, a contradição é óbvia. Os objectivos de se atingir uma sociedade popular e democrática não podem de forma alguma assentar numa via baseada no conceito de que, se os objectivos são democráticos, não h' qualquer preocupação a observar quanto aos meios utilizados para os atingir.

De facto, a ofensiva recente contra os abusos do poder (discurso presidencial de Novembro de 1981), e a documentação existente sobre esses abusos demonstram tanto a concretização, neste momento, da tentação atrás referida, como a existência de um engajamento inequívoco na construção de um Estado popular e democrático. A questão é, evidentemente, como é possível comprovar se este objectivo está ou não a ser atingido.

A história das próprias Zonas Libertadas constitui um ponto óbvio de referência. Não é sem razão que as Zonas Libertadas são chamadas o Laboratório da Revolução. Porém, o facto de existir um laboratório não implica que todas as respostas venham de lá. O contexto de que emergiram as Zonas Libertadas era muito específico, e perder de vista esta especificidade pode levar a conclusões erradas no que respeita à identificação do inimigo, no contexto actual.

Como referiu o próprio Presidente Samora Machel, a tarefa prioritária em 1975 era alargar tanto e tão rapidamente quanto possível as Zonas Libertadas, para evitar o seu asfixiamento pelas zonas não-libertadas. Esta tarefa era dificultada por vários factores, entre os quais:

1. O fim da Luta Armada, por um lado, e o prosseguimento de outra guerra fora das suas fronteiras;
2. A tomada de um Aparelho de Estado fascista, que simultâneamente era necessário destruir;

3. O crescimento súbito e desproporcionado da área geográfica e dos sectores económicos e políticos eque era necessário controlar, em comparação com o número de quadros disponíveis.

Estes factores associaram-se para minar a reprodução das práticas desenvolvidas durante a luta armada e a partir dela. Esta mudança contextual fez com que a análise com vista à identificação do inimigo nas zonas não libertadas se tornasse mais difícil. Isto foi, efectivamente, reconhecido pelo Presidente, quando afirmou que o processo de definição do inimigo depois da guerra de libertação ía ser muito mais complexo.

Assim, a análise do sistema colonial feita durante a luta armada deve ser aprofundada, por causa do inimigo actual que emergiu daquele sistema. Isto implica uma compreensão mais profunda das relações de classe, tanto entre os colonizadores e os colonizados como entre os dois lados do sistema, e envolve análises mais específicas da natureza e formas assumidas pelas contradições nas diversas partes do país. Por exemplo, a economia colonial no Sul foi moldada em grande parte pelas necessidades da economia da África do Sul, e viu a emergência de um processo de diferenciações e de relações de classe diferente do predominante na província da Zambézia, onde reinava uma economia de plantações que não pode ser compreendida e estudada da mesma forma.

A história das Zonas Libertadas torna ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil a tarefa de analisar as zonas não-libertadas. Mais fácil, porque contém um certo número de lições práticas e concretas. E mais difícil, porque a diferença dos contextos impede uma aplicação simples e directa dessas lições

IV - Conclusão

Os operários e os camponeses - em grande parte analfabetos - aprenderam através da criação das Zonas Libertadas qual era o alcance real do sistema de exploração. Esta foi, nas palavras do Presidente Samora Machel, uma experiência "pedagógica", tanto para as massas como para a direcção.

A pesquisa que está a ser desenvolvida é uma parte integral dos debates da Oficina de História, estando integrada num processo de aprendizagem ao mesmo tempo que procura ser um instrumento de disseminação.

A importância dada à recolha e análise de informação oral ultrapassa uma simples preocupação de informação. Ela procura chamar a atenção para a necessidade de detrminar como a pedagogia da luta leva a um nível mais elevado de consciência da necessidade de prosseguir essa luta. Este trabalho deve, assim, ser dedicado à pesquisa de uma forma e um estilo mais adequados à disseminação de uma apreciação mais correcta das lições contidas nesta herança cultural e política.